



— RESULTADOS DO PROCESSO PARTICIPATIVO —
DISCUSSÃO PARTICIPATIVA DO PPAG 2024-2027 – EXERCÍCIO 2024

Tema/assunto: Infraestrutura e Mobilidade (PLE nº 38, 42, 44, 45, 51, 79/2023)

Proponentes: () Agmar Pereira Lima, () Alexandre Alves Ribeiro, () Angélica Aparecida Camargos, () Brunno Souto Xavier, () Carla Carneiro Costa Maciel de Paiva, () Cristiana Marques Fernandes, () Darcy Ferreira Armond, () Darlene Silva Nery, () Elza Aparecida da Silva, () Flávio Alves da Silva, () Gilson Marcal Teixeira, () João Batista Matias da Silva, () João Batista Pereira, () João das Dores Souza, () João Gonçalves Neto, () José Alves da Silva, () José Eugênio Parreira, () José Lafaiete Teixeira Godinho, () Judite Lopes da Silva, () Leodônio Alves Martins, () Maria Aparecida Rosário Oliveira, () Maria da Glória Araújo, () Maria Vaz Pereira, () Marinete Esteves Oliveira, () Renato Gomes de Oliveira, () Renato Rodrigues Pereira, () Sergio Hirle de Souza, () Suely Maria Martins Freitas, () Tânia Cristina Pereira, () Vander de Almeida Neto, () Washington Lucas da Silva, 11º Departamento de Polícia Civil (Montes Claros) Rita Adriana de Cassia Martins Soares, Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte) Luiz Roberto Andrade Santos, Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte) Miriam Gomes Alves, Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte) Nathércio Ramos Muniz, Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte) Vercy José Gonçalves Neto, Assoc. Agricultores Familiares e Pequenos Produtores Leite (Olhos d'Água) Adicleia Oliveira Azevedo, Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Duarte (Águas Formosas) José Duarte Ferreira, Boa Vista Futebol Clube (Juatuba) Cláudio Figueiredo Lula Junior, Câmara dos Deputados (Brasília) Luciano Magela Campos, Câmara Municipal de Alvarenga (Alvarenga) Paulo Cesar Soares Dias, Câmara Municipal de Brasilândia de Minas (Brasilândia de Minas) Francisco de Assis Paiva nobre, Câmara Municipal de Chapada do Norte (Chapada do Norte) José João Neto, Câmara Municipal de Chapada do Norte (Chapada do Norte) Marcelo Lemos de Jesus, Câmara Municipal de Porteirinha (Porteirinha) Adão Custódio dos Santos, Câmara Municipal de Porteirinha (Porteirinha) Waldinei Batista dos Santos, Câmara Municipal de Raul Soares (Raul Soares) Nelson Alexandre de Paula, Câmara Municipal de Santa Margarida (Santa Margarida) Messias José dos Reis, Câmara Municipal de Vargem Alegre (Vargem Alegre) Cleber dos Reis Franco, Clube de Encontro e Convivência (Caratinga) Geraldo Paulo da Silva, Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Caratinga (Inhapim) Nadia de Oliveira Rocha, Conselho Regional de Educação Física MG 6ª Região (Belo Horizonte) Anísia Sudário Daniel, Coord. das Org. e Assoc. de Moradores de Montes Claros (Montes Claros) Celso Nunes, Copersin (Simonésia) Adilson Mendes Ferreira, Copersin (Simonésia) José Camilo Donato, Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais CBMMG (Curvelo) Ari Fabiano Queiroga, Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (Montes Claros) Daniel Josias Ribeiro Camelo, Depto. Intersindical Estatís. Estudos Sócio-Econômica/DIEESE (São Paulo) Fabio Proença de Carvalho, Escola Estadual Professora Conceição Hilário (Contagem) Maria José Dias, Escola Estadual Professora Conceição Hilário (Contagem) Mercia Monteiro De Almeida Moura, Grupo de Estudos e Ação Comunitária (Manhuaçu) João Amâncio de Faria, Movimento dos



Trabalhadores Rurais Sem Terra MST (Jequitinhonha) Maria Gomes dos Santos, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (Felisburgo) Kelly Gomes Soares, Movimento Nacio. Direitos Transp. Público de Qualidade MDT (Belo Horizonte) Junior José da Silva, Polícia Civil (Brasília de Minas) Claudine Costa e Souza, Polícia Civil (Brasília de Minas) Flávio Cavalcanti Rocha, Polícia Civil (Brasília de Minas) Joelson Melo Alves, Polícia Civil (Brasília de Minas) Luciana Gomes Cardoso, Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Galho (Bom Jesus do Galho) José Roberto de Moraes Machado, Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Galho (Bom Jesus do Galho) Victor Hernnogens de Aquino, Prefeitura Municipal de Bonito de Minas (Bonito de Minas) Ronie Viana de Oliveira, Prefeitura Municipal de Bonito de Minas (Bonito de Minas) Vânia Carneiro de Carvalho, Prefeitura Municipal de Caratinga (Caratinga) Alcides Leite de Matos Sobrinho, Prefeitura Municipal de Catuti (Catuti) Ramon Rodrigo Teixeira Oliveira, Prefeitura Municipal de Iapu (Iapu) Lenilson Manoel da Silva, Prefeitura Municipal de Jequitinhonha (Jequitinhonha) Robélia Maria de Jesus Gomes, Prefeitura Municipal de Jequitinhonha (Jequitinhonha) Valdinéia Rodrigues de Jesus Alves, Prefeitura Municipal de Mesquita (Mesquita) Maria Conceição de Oliveira Marinho, Prefeitura Municipal de Mirabela (Mirabela) Joana Irene Carreiro do Nascimento, Prefeitura Municipal de Peçanha (Peçanha) Reginaldo dos Santos Pereira, Prefeitura Municipal de Santa Rita de Minas (Santa Rita de Minas) Claudia Rodrigues de Oliveira, Prefeitura Municipal de Santana do Paraíso (Santana do Paraíso) José Geraldo Vieira, Prefeitura Municipal de Santana do Paraíso (Santana do Paraíso) Maria José da Silva Vieira, Prefeitura Municipal de São Pedro dos Ferros (São Pedro dos Ferros) José Soares Caldas, Prefeitura Municipal de Vermelho Novo (Vermelho Novo) Cleverson Marcos De Oliveira, Sind. Organização das Coop. do Estado Minas Gerais Ocemg (Belo Horizonte) Geraldo Magela da Silva, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Montes Claros (Montes Claros) Marina de Cassia Ferreira Silva, UEMG Faculdade de Políticas Públicas e Gestão de Negócios (Belo Horizonte), Lúcio Henrique Passini, UEMG Faculdade de Políticas Públicas e Gestão de Negócios (Belo Horizonte) Sara Cristina Gomes Reis, Universidade do Estado de Minas Gerais - Uemg (Belo Horizonte), Emily Thayenne Cirilo da Silva, Universidade Federal de Minas Gerais UFMG (Belo Horizonte) Letícia Correa Borba, VLI Logística Ferrovia Centro-Atlântica (Belo Horizonte) Vânia Silveira de Pádua Cardoso.



Requerimentos – Pedidos de Providências ou de Informações

PLE	Requerimento (número)	Destinatário	Ementa (conteúdo do requerimento)	Resposta até out/2024
38	5.090	SEINFRA	<p>Pedido de providências para viabilizar as intervenções que se seguem:</p> <ul style="list-style-type: none"> • a construção de um anel rodoviário para desviar o trânsito de passagem na área urbana de Raul Soares, de uma ponte sobre o Rio Perdição, na Rodovia Sebastião Vicente de Paula e de uma ciclovia nas vias no entorno da Cidade Administrativa; • a conservação rotineira da Rodovia AMG-1756, que liga o Distrito de Vermelho Velho ao Município de Vermelho Novo; • a realização de concurso público para os cargos de auxiliar de transportes e obras públicas, agente de transportes e obras públicas, gestor de transportes e obras públicas; • a pavimentação asfáltica dos seguintes trechos: <ul style="list-style-type: none"> – rodovia que liga Raul Soares a Córrego Novo; – rodovia que liga Vermelho Novo ao 	<p>A Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias – Seinfra -, em atenção ao requerimento, encaminhou a Nota Técnica nº 8/2024, elaborada pelo DER-MG, por meio da qual a autarquia prestou as seguintes informações:</p> <p>> A construção de um anel rodoviário em Raul Soares está contemplada no projeto do trecho Raul Soares-Caputira, relativo ao Edital nº 117/2022, e aguarda disponibilidade orçamentária.</p> <p>> Ponte sobre o Rio Perdição, na Rodovia Sebastião Vicente de Paula: Está em processo de licitação o projeto da ponte sobre o Rio Perdição que dá acesso à cidade de Tapiraí.</p> <p>> Ciclovia no entorno da Cidade Administrativa: Não foi localizado projeto de engenharia rodoviária no trecho solicitado.</p> <p>> Rodovia AMG-1765: a Unidade Regional de Ponte Nova (17ª URG) será acionada para executar os serviços de conservação do trecho que liga o Distrito de Vermelho Velho ao Município de Vermelho Novo.</p>



		<p>Distrito de Dom Correia;</p> <ul style="list-style-type: none"> – Rodovia MG-425, entre Vargem Alegre e Revés do Belém; – Rodovia LMG-406, entre Almenara e a BR-251; – Rodovia MG-105, entre Águas Formosas e a BR-116; – Rodovia LMG-654, entre a BR-356 e Coração de Jesus; – Rodovia MG-408; – Rodovia MG-129, entre o trevo de Catas Altas e Fonseca (Distrito de Alvinópolis); – Rodovia LMG-631, entre São João da Ponte e Capitão Enéas, conhecida como Estrada da Produção; – estrada que liga o Município de Sabará à BR-381; – estrada que liga a Rodovia LMG-677 a Leme do Prado e Chapada do Norte; – entrocamento da BR-259 até Costa Serra, passando por Vargem do Basto; – via de acesso ao Campus do IFNMG, em Diamantina. 	<p>> Realização de concurso público: Não consta na autarquia andamento ou pleito sobre realização de concurso público. O departamento salientou ainda que a realização de concurso público para os órgãos, autarquias e fundações do Poder Executivo Estadual é de competência da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão.</p> <p>> Pavimentação asfáltica dos trechos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Raul Soares-Córrego Novo: Foi localizado o projeto do trecho Bom Jesus do Galho-Córrego Novo, relativo ao Edital nº 117/2022, que aguarda ordem de início. - Vermelho Novo-Distrito de Dom Correia: Foi localizado o projeto do trecho Vermelho Novo-Entrº BR-116, relativo ao Edital nº 117/2022, que aguarda disponibilidade orçamentária. - Rodovia Vargem Alegre/Revés de Belém: Foi localizado o projeto, que aguarda disponibilidade orçamentária. - Rodovia LMG-406, Almenara/BR-251: Não foi localizado projeto de engenharia rodoviária do trecho solicitado. - Rodovia MG-105, Águas Formosas/BR-116: Não foi localizado projeto de engenharia rodoviária do trecho solicitado. - Rodovia LMG-654, entre a BR-356/Coração de Jesus: Não foi localizado projeto de engenharia rodoviária do trecho solicitado. - Rodovia MG-129, Catas Altas, Fonseca e Alvinópolis: Foi localizado o projeto do trecho Entrº MG-129 (Catas Altas)/Fonseca
--	--	---	---



				<p>e Alvinópolis, relativo ao Edital nº 117/2022, em elaboração.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Rodovia LMG-631, São João da Ponte/Capitão Enéas: Projeto em elaboração; - Sabará-Entr. BR-381: Foi localizado projeto do trecho Ravena (Entr. BR-381) a Sabará, relativo ao Edital nº 117/2022, que aguarda ordem de início. - Rodovia LMG-677, Leme do Prado-Chapada do Norte: Não foi localizado projeto de engenharia rodoviária do trecho solicitado. - Entr. BR-259-Costa Serra, passando por Vargem do Basto: Não foi localizado projeto de engenharia rodoviária do trecho solicitado. - Via de acesso ao Campus do IFNMG, em Diamantina: Não foi localizado projeto de engenharia rodoviária do trecho solicitado.
38	5.091	DER-MG	Pedido de providências para realizar concurso público para os cargos de fiscal assistente e fiscal de transporte do DER-MG, para todo o Estado.	<p>O DER-MG, por meio da Nota Técnica nº 9/2024, informou que o último concurso público realizado para o departamento foi homologado em 26/06/2014 e ofertou 306 vagas para os cargos de gestor de transportes e obras públicas, fiscal de transportes e obras rodoviárias, agente de transportes e obras públicas e fiscal assistente de transportes e obras rodoviárias. Informou ainda que não há atualmente andamento ou pleito sobre a realização de novo concurso público.</p> <p>A autarquia ainda salientou que a autorização para realização de concurso público para os órgãos, autarquias e fundações do Poder</p>



				Executivo Estadual é competência da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão.
38	5.092	SEPLAG	Pedido de providências para realizar concurso público para os cargos de auxiliar de transportes e obras públicas, agente de transportes e obras públicas, gestor de transportes e obras públicas, na Seinfra, e para os cargos de fiscal assistente e fiscal de transporte do DER-MG, para todo o Estado.	A Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão afirmou que, devido às restrições impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo fato de o Poder Executivo do Estado se encontrar acima do limite de gastos com pessoal, só é possível a realização de concursos para as áreas essenciais, mais especificamente de saúde, educação e segurança. Portanto, afirmou que, no momento, não é possível realizar concurso para as áreas de infraestrutura e mobilidade.
42	5.108	SEGOV	Pedido de providências para viabilizar a aquisição de um veículo e de equipamentos para a realização dos serviços da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Monte Azul, por meio do Programa de Desenvolvimento Municipal – Padem –,	A Secretaria de Estado de Governo informou que não foram identificadas novas indicações de emenda ao Orçamento Fiscal do Estado em conformidade com a Lei nº 24.678, de 17/01/2024, nem proposições cadastradas pelo Município de Monte Azul para que se possa atender a solicitação. A secretaria orientou que se proceda à elaboração de Proposta de Plano de Trabalho no sistema Sigcon e que sejam remetidos, para exame técnico, os documentos relacionados em <i>checklist</i> específico, disponível em https://sigconsaida.mg.gov.br/checklists/ . Em caso de dúvidas relativas ao sistema, a secretaria orientou consulta ao Manual Sigcon, por meio do link https://manual.sigconsaida.mg.gov.br/geral/master .
42	5.109	SEGOV	Pedido de providências para viabilizar, no Município de Bonito de Minas, a pavimentação asfáltica das vias da comunidade da Larginha e da avenida de	A Secretaria de Estado de Governo lembrou que a Ação 2045 – Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal – Padem – objetiva fomentar o desenvolvimento socioeconômico e sustentável nos municípios, por meio do repasse de recursos



			<p>acesso à Vila São João, no mesmo município, por meio do Programa de Desenvolvimento Municipal – Padem –. Requer ainda sejam encaminhados em anexo os projetos dessas duas intervenções, elaborados pela Prefeitura de Bonito de Minas.</p>	<p>financeiros destinados à implementação de obras de infraestrutura e à aquisição de bens permanentes.</p> <p>Ainda afirmou não visualizar obstáculos técnicos à formalização de instrumentos jurídicos entre o Estado e os municípios beneficiários. Entretanto, segundo ela, não é viável a forma de execução direta nessa ação orçamentária, mas sim o repasse do recurso financeiro para o perfazimento dos objetivos sociais pretendidos.</p> <p>Informou que não foram registradas, no sistema Sigcon – módulo saída, propostas de plano de trabalho para a consecução dos objetos constantes nos requerimentos e que as indicações com origem em emendas da Comissão de Participação Popular obedecem aos prazos e limites estipulados na Lei Orçamentária Anual. No caso do exercício de 2023, conforme o artigo 19, § 1º, da Lei nº 24.272, de 20/01/2023.</p> <p>Dessa forma, o prazo para indicações referentes ao exercício de 2023 encontra-se encerrado, e não foram identificadas, para os municípios e objetos apresentados, indicações orçamentárias com origem na mencionada comissão. Contudo, a secretaria afirmou que, caso haja interesse na indicação para o ano 2024, os prazos deverão seguir o disposto Lei Orçamentária Anual de 2024 e, após análise técnica, de oportunidade e de conveniência, ela poderá ser acolhida para a celebração dos referidos instrumentos jurídicos.</p>
42	5.110	SEGOV	<p>Pedido de providências para viabilizar, por meio do Programa de Desenvolvimento Municipal – Padem –, a pavimentação</p>	<p>A Secretaria de Estado de Governo lembrou que a Ação 2045 – Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal – Padem – objetiva fomentar o desenvolvimento socioeconômico e</p>



		<p>asfáltica das seguintes vias do Município de Juatuba: Rua São Francisco, Rua Santa Bárbara e Rua Geraldo Pinto Carvalho, todas no Bairro Boa Vista da Serra, e das Ruas Doutor Francisco de Assis e Magalhães Pinto, ambas no Bairro Satélite.</p>	<p>sustentável nos municípios, por meio do repasse de recursos financeiros, destinados à implementação de obras de infraestrutura e à aquisição de bens permanentes.</p> <p>A secretaria afirmou não visualizar obstáculos técnicos à formalização de instrumentos jurídicos entre o Estado e os municípios beneficiários. Entretanto, segundo ela, não é viável a forma de execução direta nessa ação orçamentária, mas, sim, o repasse do recurso financeiro para o perfazimento dos objetivos sociais pretendidos.</p> <p>Informou que não foram registradas, no sistema Sigcon – módulo saída, propostas de plano de trabalho para a consecução dos objetos constantes nos requerimentos e que as indicações com origem em emendas da Comissão de Participação Popular obedecem aos prazos e limites estipulados na Lei Orçamentária Anual. No caso do exercício de 2023, conforme o art. 19, § 1º, da Lei nº 24.272, de 20/01/2023.</p> <p>Dessa forma, o prazo para indicações referentes ao exercício de 2023 encontra-se encerrado, e não foram identificadas, para os municípios e objetos apresentados, indicações orçamentárias com origem na mencionada comissão. Contudo, a secretaria afirmou que, caso haja interesse na indicação para o ano 2024, os prazos deverão seguir o disposto Lei Orçamentária Anual de 2024 e, após análise técnica, de oportunidade e de conveniência, ela poderá ser acolhida para a celebração dos referidos instrumentos jurídicos.</p>
--	--	---	---



42	5.111	SEGOV	<p>Pedido de providências para viabilizar, por meio do Programa de Desenvolvimento Municipal - Padem -, o calçamento das vias nos distritos de São Sebastião da Boa Vista, Cachoeira do Norte, santana, Granjas do Norte, Vargem do Setúbal, no Município de Chapada do Norte.</p>	<p>A Secretaria de Estado de Governo informou que a Ação 2045 – Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal – Padem – objetiva fomentar o desenvolvimento socioeconômico e sustentável nos municípios, por meio do repasse de recursos financeiros, destinados à implementação de obras de infraestrutura e à aquisição de bens permanentes.</p> <p>A secretaria afirmou não visualizar obstáculos técnicos à formalização de instrumentos jurídicos entre o Estado e os municípios beneficiários. Entretanto, segundo ela, não é viável a forma de execução direta nessa ação orçamentária, mas, sim, o repasse do recurso financeiro para o perfazimento dos objetivos sociais pretendidos.</p> <p>Informou que não foram registradas, no sistema Sigcon – módulo saída, propostas de plano de trabalho para a consecução dos objetos constantes nos requerimentos e que as indicações com origem em emendas da Comissão de Participação Popular obedecem aos prazos e limites estipulados na Lei Orçamentária Anual. No caso do exercício de 2023, conforme o art. 19, § 1º, da Lei nº 24.272, de 20/01/2023.</p> <p>Dessa forma, o prazo para indicações referentes ao exercício de 2023 encontra-se encerrado, e não foram identificadas, para os municípios e objetos apresentados, indicações orçamentárias com origem na mencionada comissão. Contudo, a secretaria afirmou que, caso haja interesse na indicação para o ano 2024, os prazos deverão seguir o disposto Lei Orçamentária Anual de 2024 e, após</p>



				análise técnica, de oportunidade e de conveniência, ela poderá ser acolhida para a celebração dos referidos instrumentos jurídicos.
44	5.116	SEINFRA	Pedido de providências para implantar terminais metropolitanos nos Bairros Imbiruçu, em Betim; Veneza, em Ribeirão das Neves; e Ferrugem, em Contagem, haja vista a grande concentração populacional nesses bairros, que carecem de um sistema de transporte público mais eficiente.	<p>A Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade informou que o governo do Estado lançou em novembro de 2023 o Plano de Mobilidade da RMBH, que teve como resultado a construção de planos setoriais de caráter multimodal para a Mobilidade Ativa Metropolitana, o Transporte Coletivo Metropolitanano, Logística Urbana Metropolitana, Uso Racional do Transporte Individual Motorizado e Sistema Viário de Interesse Metropolitanano.</p> <p>De acordo com a secretaria, o Plano Metropolitanano de Transporte Coletivo, a partir da diretriz de implantação de um sistema tronco-alimentado multimodal, teve como um dos principais resultados a definição de programas, ações e projetos de infraestruturas de transporte, com a ampliação da Rede Metropolitana de Transporte Coletivo e melhoria das condições de mobilidade urbana na RMBH e sua sustentabilidade. A secretaria afirmou que, entre as infraestruturas de transporte, está uma rede de Pontos de Integração Metropolitana – PIMs – composta por novos terminais, estações, pontos de transferência modal e pontos de controle tratados, justamente para a tronco-alimentação do sistema. A rede foi proposta alinhada às diretrizes de uso e ocupação do solo metropolitanano, de forma que 85% da área urbana da RMBH esteja</p>



				<p>a no máximo 2km de um PIM.</p> <p>Por fim, a secretaria informou que, para implementação dessa rede, está em andamento um projeto de implantação, reforma e operação dos PIMs (terminais, estações, polos de transferência modal e pontos de controle tratados), por meio de Parcerias Público-Privadas. Assim, os terminais Imbiruçu, Veneza e Ferrugem fazem parte da Rede Metropolitana de Transporte Coletivo e do escopo do projeto PPP dos Terminais, embora, de acordo com a secretaria, sua inclusão definitiva no projeto e mesmo sua implantação requeiram participação, apoio e concordância dos municípios, motivo pelo qual já foram iniciadas as articulações necessárias.</p>
44	5.117	PMMG	<p>Pedido de providências para elaborar um cronograma para a apresentação da banda de música da Polícia Militar de Minas Gerais nos terminais de transporte coletivo metropolitano, tendo em vista a importância desses terminais para a população da Região Metropolitana de Belo Horizonte e a relevância dessa importante instituição musical.</p>	<p>O Comando-Geral da PMMG informou que não é possível atender à solicitação de elaboração de cronograma de apresentação da Banda da Polícia Militar de Minas Gerais em terminais de transporte coletivo metropolitano devido a compromissos previamente assumidos pelo grupo musical.</p>
45	5.118	SEINFRA	<p>Pedido de providências para:</p> <ul style="list-style-type: none"> – adotar ações para a interoperabilidade dos cartões de transporte coletivo na RMBH; – firmar convênios de governança e de 	<p>A Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade informou que o governo do Estado lançou, em novembro de 2023, o Plano de Mobilidade da RMBH, que se divide em programas, ações e projetos de infraestrutura que assegurem a melhoria da mobilidade urbana na região. Entre essas ações está o Programa</p>



		<p>integração institucional do transporte coletivo com os municípios da RMBH, para integração total do transporte coletivo metropolitano;</p> <ul style="list-style-type: none"> – revisar o Decreto nº 44.603, de 2007, que contém o Regulamento do Serviço de Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal e Metropolitano do Estado de Minas Gerais, visando a aprimorar as regras e a aumentar a eficiência e o conforto da operação; – sugerir ao governo que adote providências para a revisão da Lei Delegada nº 128, de 2007, no tocante ao Conselho de Transporte Coletivo Intermunicipal e Metropolitano, para possibilitar a participação de representantes dos usuários nesse conselho; – melhorar a integração operacional nos terminais de transporte metropolitano, ampliando a sincronicidade e a compatibilidade de horários entre as linhas troncais e as alimentadoras; e – no momento de revisão do PPAG 2024-2027 para o exercício 2025, discutir com o Comitê Técnico de Mobilidade Urbana da Agência RMBH as ações e os investimentos 	<p>de Racionalização do Transporte Coletivo Metropolitano, cuja diretriz nº 2 é promover a integração física, operacional e tarifária entre os diversos modos de transporte e prestadores de serviços de transporte na RMBH, bem como a promoção da interoperacionalidade do bilhete eletrônico.</p> <p>No entanto, segundo a secretaria, a implementação dessa interoperacionalidade depende de articulações com diferentes atores, incluindo operadores detentores da concessão do serviço público e demais municípios da RMBH, imputando ainda custos e estabelecimento de uma estrutura de governança própria, o que demanda ações complexas de serem realizadas.</p> <p>Uma das diretrizes principais do Plano de Mobilidade é a integração institucional, física, operacional e tarifária entre os sistemas de transporte. Nesse sentido, a secretaria salientou que está se mobilizando em articulações com municípios para que se estabeleça uma estrutura de governança para o transporte, de forma a trazer eficiência e qualidade para o usuário final.</p> <p>A Seinfra informou que está promovendo a revisão de seu Marco Regulatório do Transporte Coletivo e que está em processo de revisão o Regulamento do Serviço de Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal e Metropolitano do Estado de Minas Gerais, para o qual, após validações internas, será realizada consulta pública. O Conselho de Transporte Coletivo Intermunicipal e Metropolitano é uma entidade de natureza deliberativa, normativa e consultiva, instituída por meio de lei delegada. Nesse sentido, compete ao Poder Legislativo a sua</p>
--	--	---	--



		<p>previstos no Programa 117 – Mobilidade, Transportes e Logística relativos ao transporte na região metropolitana.</p>	<p>alteração.</p> <p>Outra ação prevista no plano para promover a integração operacional é implementar a Rede de Mobilidade Metropolitana, com caráter estruturante para promover a integração. Em relação a projetos de infraestrutura, o Plano de Mobilidade, mais especificamente o Plano Metropolitano de Transporte Coletivo, a partir da diretriz de implantação de um sistema troncoalimentado multimodal, teve como um dos principais resultados a proposta de ampliação da Rede Metropolitana de Transporte Coletivo, promovendo a melhoria das condições de mobilidade urbana na RMBH e sua sustentabilidade.</p> <p>Entre as infraestruturas de transporte, está uma Rede de Pontos de Integração Metropolitana, composta por novos terminais, estações, pontos de transferência modal e pontos de controle tratados, justamente para a troncoalimentação do sistema. Com isso, a secretaria espera uma nova configuração da rede de transporte coletivo que possa melhorar a sincronicidade e a compatibilidade de horários entre troncais e alimentadoras.</p> <p>A Seinfra afirmou acreditar que a proposta pode contribuir para a busca de investimentos para os programas, ações e projetos do Plano de Mobilidade. Para tanto, dispõe-se a participar e debater com o Comitê Técnico de Mobilidade. Entretanto, salientou que a definição das questões a serem tratadas no Comitê Técnico de Mobilidade Urbana são competências da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte.</p>
--	--	---	---



45	5.119	DER-MG	Pedido de providências para desenvolver aplicativo que facilite e dê maior eficiência ao trabalho dos fiscais do transporte coletivo intermunicipal e metropolitano.	O DER-MG afirmou que, para que possa se manifestar acerca da solicitação de desenvolvimento de aplicativo que facilite e dê maior eficiência ao trabalho dos fiscais do transporte coletivo intermunicipal e metropolitano, é necessário que sejam encaminhados maiores detalhes sobre o programa a ser desenvolvido, sobretudo as funções, recursos, dados fixos e móveis, bem como indicadas as deficiências existentes no desempenho das ações fiscalizatórias passíveis de facilitação por meio de aplicativo.
45	5.120	Mesa da ALMG	Pedido de providências para realizar seminário legislativo sobre regiões metropolitanas, com foco no tema “Mobilidade Urbana”, com vistas a discutir e construir soluções para os imensos desafios relacionados à governança metropolitana da mobilidade urbana, com a presença da Seinfra, da Agência RMBH, da BHTrans, da Sumob-BH, dos órgãos de trânsito e transporte de todos os municípios metropolitanos, dos representantes dos usuários, além de demais públicos e atores interessados.	Sem resposta.
51	5.148	OGE	Pedido de providências para realizar, no ano de 2024, o atendimento presencial, no âmbito da ação 4101 – Ouvidoria Móvel, nas estações de transporte metropolitano e de metrô na RMBH e também para avaliar	A Ouvidoria-Geral do Estado informou que planejou ações itinerantes do órgão ao longo do ano de 2024, inclusive em terminais rodoviários. Sobre a aquisição de veículos novos, salientou que já possui veículos suficientes para suas atividades.



			a possibilidade de aquisição de novo veículo para ampliar o atendimento da Ouvidoria Móvel.	
79	5.308	SEPLAG	Pedido de providências para disponibilizar local adequado para atender pessoas com deficiência, com móveis e equipamentos adequados e com simulador adaptado para realização da prova de habilitação de condutores em Teófilo Otoni, na região do Vale do Mucuri.	<p>A Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão informou que há planejamento da Coordenadoria Estadual de Gestão de Trânsito para implantação de juntas médicas para atendimento de pessoas com deficiência, de maneira descentralizada no Estado, incluindo a Região do Vale do Mucuri.</p> <p>Além disso, os procedimentos ainda estão em fase inicial e dependem de alguns fatores. O primeiro é a conclusão de articulação com o Ministério Público de Minas Gerais e o Poder Judiciário para contratação de equipe médica e de psicólogos.</p> <p>A secretaria ressaltou que ainda não foram estipulados os prazos para implementação da junta e os municípios que serão contemplados.</p>

